



Small text at the top left corner.

Small text at the bottom right corner.

Small text at the bottom left corner.

CURSO DE 2ª FASE

ESTRATÉGIA OAB

DIREITO PENAL



SIMULADO DE REPESCAGEM COM CORREÇÃO EM VÍDEO

Peça prático-profissional

Márcio foi denunciado e processado pelos crimes de violação de domicílio (artigo 150, do CP) e furto qualificado pela escalada (artigo 155, § 4º, II, do CP), na forma do artigo 69 do Código Penal (concurso material), porque, segundo narrado pelo representante do Ministério Público, no dia 15/11/2020 teria pulado um muro de 04 metros de altura para adentrar clandestinamente à casa da vítima Andrea, idosa de 85 anos de idade que ele já conhecia e que se encontrava dormindo, para subtrair diversos bens e artigos de luxo para si.

Constou no laudo pericial juntado aos autos que Márcio teria subtraído 05 conjuntos de joias (com colar e brinco), 01 relógio de ouro, 01 relógio de marca renomada, 01 notebook e 03 bolsas de grife, causando um prejuízo estimável no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

Após ter sido regularmente citado e apresentado resposta à acusação, o Juiz de primeira instância designou audiência de instrução e julgamento para ser realizada no dia 26/08/2021 (quinta-feira). Nesse ato, foram ouvidas 03 testemunhas de acusação e também foram apresentadas as imagens de segurança degravadas por laudo pericial confirmando os fatos narrados na denúncia. Não foram ouvidas testemunhas de defesa porque não foram arroladas na resposta à acusação. No interrogatório, o réu reiterou sua confissão dada em sede de Delegacia de Polícia de que escolheu furtar a residência de Andrea porque ela era idosa e morava sozinha.

Em sede de alegações finais orais, o Promotor de Justiça requereu a juntada de uma sentença condenatória com trânsito em julgado proferida em desfavor de Márcio pelo Juiz de Direito da Vara da Infância e Juventude de São José dos Campos, que o condenou pela prática de ato infracional análogo ao crime furto qualificado praticado no dia 05/03/2019 em uma residência localizada na mesma rua que a casa da vítima Andrea.

A defesa, por sua vez, manteve os mesmos argumentos apresentados na resposta à acusação, requerendo a fixação da pena-base no mínimo legal, o reconhecimento da atenuante pela menoridade e pela confissão.

A sentença condenatória foi proferida em audiência para condenar Márcio nos crimes de violação de domicílio e furto qualificado pela escalada, em concurso material.

Na 1ª fase da dosimetria da pena, o Magistrado utilizou os seguintes fundamentos para majorar a pena-base:

i) que o réu possui maus antecedentes, diante da sentença condenatória com trânsito em julgado pela prática de ato infracional.

ii) ainda como antecedentes, fundamentou que o réu havia terminado de cumprir transação penal pela prática de dano no mês passado.

Na 2ª fase, o Juiz agravou a pena porque considerou:

i) que o réu é reincidente, pois consta comprovado nos autos uma sentença condenatória com trânsito em julgado em 01/05/2019 pela prática de contravenção penal.

ii) que o réu praticou o delito contra idoso maior de 60 anos de idade e que tinha pleno conhecimento de que era pessoa de idade avançada. Expôs que a circunstância é de natureza objetiva e que é desnecessário perquirir se tal circunstância, de fato, facilitou ou concorreu para a prática delitiva, pois a maior vulnerabilidade do idoso é presumida.

Na 3ª fase da dosimetria, o Juiz, ao verificar no boletim de ocorrência que o furto havia sido praticado 22h30m, majorou a pena pelo repouso noturno.

Na fixação do regime prisional, o Magistrado fundamentou a necessidade de se impor regime mais rigoroso em razão da reincidência e das circunstâncias judiciais desfavoráveis.

No dispositivo da sentença o Juiz condenou Márcio à reprimenda de 06 anos e 04 meses de reclusão em regime inicial fechado e multa à proporção de um trigésimo do salário mínimo, deixando claro que Márcio não fazia jus a nenhum outro benefício legal.

Ao final, proferiu a leitura da sentença na presença do Ministério Público, do defensor e do réu, tendo este manifestado a intenção de recorrer. O advogado do réu deve apresentar o recurso cabível à impugnação da decisão, com respeito às formalidades legais e desenvolvendo, de maneira fundamentada, as teses defensivas pertinentes, datando, ao final, o último dia cabível para a interposição.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	

8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	
31	
32	
33	
34	
35	

36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	
61	
62	
63	

64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	
81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	
91	

92	
93	
94	
95	
96	
97	
98	
99	
100	
101	
102	
103	
104	
105	
106	
107	
108	
109	
110	
111	
112	
113	
114	
115	
116	
117	
118	
119	

120	
121	
122	
123	
124	
125	
126	
127	
128	
129	
130	
131	
132	
133	
134	
135	
136	
137	
138	
139	
140	
141	
142	
143	
144	
145	
146	
147	

148	
149	
150	

Questão 01

Caio, residente na Comarca de Curitiba, conhecido por ser um sujeito que faz do crime seu meio de vida, enviou uma mensagem no dia 01/06/2021 para o celular de Rafaela, apresentando-se como profissional que trabalhava no setor de segurança do Banco “X”, para solicitar algumas informações pessoais. Rafaela, respondendo à solicitação de Caio, respondeu todos os questionamentos.

No dia 05/06/2021, Caio, dando continuidade à sua trama delitiva, adquiriu um chip de celular novo, colocou a foto de Rafaela no Whatsapp e, em seguida, enviou uma mensagem para uma amiga dela, chamada Marcela, solicitando uma quantia emprestada de R\$ 1.000,00 para pagar a realização de uma cirurgia que seria feita em seu cachorro.

Marcela, jovem trabalhadora que mora em Porto Alegre, acreditando que o cachorro de Rafaela precisava mesmo realizar uma cirurgia, realizou uma transferência bancária via PIX na quantia desejada por Caio para conta vinculada em seu nome, porém, com agência bancária localizada na cidade de São Paulo. Em seguida, ligou para o celular da amiga para informar que havia efetuado o depósito, momento este que descobriu que o valor havia sido transferido para Caio.

Considerando a situação acima descrita e empregando os argumentos jurídicos apropriados e a fundamentação legal pertinente, responda:

a) Qual o delito patrimonial praticado por Caio?

b) Qual o foro competente para julgar a ação penal?

c) Caso apenas Rafaela registre o Boletim de Ocorrência e o Delegado de Polícia decida instaurar Inquérito Policial pelo crime praticado por Caio e, após, o Ministério Público ofereça denúncia no dia 25/01/2022, quais teses poderiam ser suscitadas em favor de Caio?

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	

12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Questão 02

João Paulo foi condenado à reprimenda total de 09 anos e 06 meses de prisão em regime inicial fechado pelo crime de roubo qualificado pela lesão corporal grave, praticado em 01/05/2018.

Após o trânsito em julgado da sentença condenatória, João Paulo deu início ao cumprimento da pena em 01/05/2020. O defensor constituído, ao analisar os autos de execução penal, pleiteou o benefício do livramento condicional, pois os requisitos estavam devidamente preenchidos.

Após manifestação do Ministério Público, o Magistrado indeferiu o pedido da defesa pelos seguintes fundamentos: “João Paulo é reincidente, pois recentemente terminou de cumprir pena pela prática de homicídio culposo. Além disso, ostenta maus antecedentes, pois consta na folha de antecedentes a instauração de Inquérito Policial para investigar a prática de crime de tráfico de drogas. Se não bastassem esses motivos, o delito praticado por João Paulo é de natureza hedionda, razão pela qual deverá cumprir mais de 2/3 da pena privativa de liberdade como requisito objetivo para concessão do livramento condicional”.

Diante do caso narrado e da decisão proferida, responda:

- a) Qual o prazo e o recurso cabível para impugnar a decisão do Magistrado?
- b) Quais teses poderiam ser arguidas nas razões recursais para objetivar a concessão do benefício pretendido?

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	

17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Questão 03

Mévio, após ser demitido de seu emprego e não ter mais alternativa para buscar fonte de renda, decidiu que iniciaria a venda de substâncias ilícitas para a comunidade onde morava. Com o dinheiro obtido de empréstimo bancário, acreditando que teria altos lucros na sua empreitada, comprou de “Zé”, um conhecido da comunidade, um pacote que marcava na balança o peso total de 05 kg.

Os policiais militares que observavam as movimentações de Mévio há cerca de 1 semana, para efetuarem a prisão em flagrante, combinaram que se disfarçariam de morador da comunidade para comprar a droga vendida por ele. O policial “A”, disfarçado, se deparou com Mévio na rua e perguntou: “você tem hoje aí?”. Mévio então respondeu “tenho, vou pegar no galpão”. Nesse momento, antes mesmo do crime se consumar, o policial “B” efetuou sua prisão em flagrante.

Na Delegacia de Polícia, descobriram que Mévio estava sendo enganado pelo fornecedor e vendendo farinha de trigo e não cocaína.

Diante do caso narrado, responda:

a) A conduta de Mévio é típica, lícita e culpável? (Valor: 0,75).

b) Caso Mévio estivesse vendendo a substância ilícita pretendida, poderia ser preso em flagrante na situação narrada? (Valor: 0,75).

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	

19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Questão 04

Janaína, recentemente habilitada, decidiu pegar a chave do carro do seu pai que estava viajando e fora de casa para comparecer à festa na casa de sua amiga. No caminho, desatenta com a sinalização da via e tentando ler a mensagem de texto que havia recebido no celular, atropelou Maria, de 07 anos de idade, que estava atravessando a faixa de pedestre.

Foi denunciada e condenada pela prática do art. 302, § 1º, II, da Lei nº 9503/97 à reprimenda total de 04 anos e 06 meses de detenção em regime fechado, tendo também sido imposta a medida de impedimento de obter habilitação para dirigir veículo pelo prazo de 02 anos.

O Magistrado deixou de substituir a pena privativa de liberdade por restritivas de direitos sob o fundamento de que a pena imposta ultrapassa os 04 anos permitidos no Código Penal para realizar a substituição e decretou a prisão preventiva, de ofício, sob o fundamento de que Janaína não compareceu em juízo para realizar seu interrogatório e porque o crime era grave, já que praticado contra uma criança de 07 anos de idade.

Diante dos fatos narrados, responda:

- a) O Magistrado está correto em seus fundamentos ao fixar a pena de Janaína pelo crime praticado?
- b) Quais argumentos poderão ser suscitados para impedir o decreto da prisão preventiva?

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	

19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	